



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CONTRATO Nº 8/2015

CONTRATO n. 8/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI n. 0000918-20.2015.6.22.8000

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2013

Fundamento Legal: Lei 8.666/93, art. 24, inciso XI.

(Remanescente do Serviço referente ao Contrato TRE-RO n. 24/2013 – Reincidido Unilateralmente pelo TRE-RO).

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, MANUTENÇÃO E HIGIENIZAÇÃO EM EDIFICAÇÕES, SEM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA E.R.P DE OLIVEIRA E CIA LTDA (Licitante Remanescente do Pregão Eletrônico n. 30/2013).

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, comparecem, de um lado, a **UNIÃO**, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede provisória no Palácio Rio Madeira, CPA, Avenida Farquar, 2886, Bairro Pedrinhas, CEP 76801-976, Porto Velho, Estado de Rondônia, por intermédio de seu Presidente, Desembargador **PÉRICLES MOREIRA CHAGAS**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 5.246.688, expedida pela SSP/SP e CPF nº 087.832.929-34, neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa **E.R.P DE OLIVEIRA E CIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.927.661/0001-10, Avenida Farquar, 3470, Bairro Pedrinhas, CEP 76801-976, Porto Velho, Estado de Rondônia, Telefone: (69) 3043-0017, 8114-6083, E-mail: wapdeoliveira@hotmail.com, representada, neste ato, pela Senhora **ELLEN RUBIA PEREIRA DE OLIVEIRA**, Brasileira, Empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 4537531, SSP-GO, CPF nº 751613702-20, doravante denominada **CONTRATADA**, por força deste Contrato e em conformidade com o **Edital de Pregão Eletrônico nº 30/2013** e Anexos, bem como o disposto na Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes, têm entre si, justo e acordado o presente **CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE**

LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO EM EDIFICAÇÕES, SEM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, em unidades administrativas da Justiça Eleitoral localizadas no interior do Estado, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços de limpeza, manutenção e higienização em edificações, sem fornecimento de materiais, contratados por postos de serviços, nas seguintes unidades da Justiça Eleitoral de Rondônia:

Unidade Administrativa	MUNICÍPIO	ENDEREÇO
Fórum Eleitoral da 1ª Zona Eleitoral	Guajará-Mirim	Av. Cândido Rondon, 1437, bairro Tamandaré CEP - 76.850-000
Fórum Eleitoral da 3ª e 30ª Zonas Eleitorais	Ji-Paraná	Av. Marechal Rondon, 1218, Bairro Centro CEP - 76.900-237
Fórum Eleitoral da 4ª Zona Eleitoral	Vilhena	Rua 545, 495, Bairro Jardim América CEP - 76.980-000
Fórum Eleitoral da 5ª Zona Eleitoral	Costa Marques	Av. Chianca, 1159, Bairro Centro CEP - 76.937-000
Fórum Eleitoral das 7ª, 25ª e 26ª Zonas Eleitorais	Ariquemes	Rua Aquariquara, 3631, Bairro Setor Institucional CEP - 76.872-856
Fórum Eleitoral da 8ª Zona Eleitoral	Colorado	Av. Marechal Rondon, 4056, Bairro Centro. CEP - 76.993-000
Fórum Eleitoral da 9ª Zona Eleitoral	Pimenta Bueno	Av Castelo Branco, 970 – Bairro dos Pioneiros CEP - 76.970-000

Fórum Eleitoral da 10ª e 27ª Zonas Eleitorais	Jaru	Rua Princesa Isabel, 1028 – Setor 02 CEP - 76.889-000
Fórum Eleitoral da 11ª e 31ª Zonas Eleitorais	Cacoal	Rua Anísio Serrão, 2004, Bairro Centro. CEP - 76.963-804
Fórum Eleitoral da 13ª e 28ª Zonas Eleitorais	Ouro Preto do Oeste	Rua Café Filho, 83, Bairro da União. CEP - 76.920-000
Fórum Eleitoral da 14ª Zona Eleitoral	Presidente Médici	Av. Macapá c/Independência, Setor 03, Quadra 27, Lote 02. CEP - 76.916-000
Fórum Eleitoral da 15ª e 29ª Zonas Eleitorais	Rolim de Moura	Av. São Luiz, 4557, Bairro Centro. CEP - 76.940-000
Fórum Eleitoral da 16ª Zona Eleitoral	Cerejeiras	Av. das Nações, 1847, Bairro Centro. CEP - 76.997-000
Fórum Eleitoral da 17ª Zona Eleitoral	Alta Floresta do Oeste	Av. Brasil, s/nº 3068 . CEP - 76.954-000
Fórum Eleitoral da 18ª Zona Eleitoral	Alvorada do Oeste	Rua Monteiro Lobato, 4283, Bairro Centro. CEP - 76.930-000
Fórum Eleitoral da 19ª Zona Eleitoral	Santa Luzia do Oeste	Rua D. Pedro I, 2315, Bairro Centro. CEP - 76.950-000
Fórum Eleitoral da 32ª Zona Eleitoral	Machadinho do Oeste	Av Rio de Janeiro, 3134, Bairro Centro. CEP - 76.868-000
Fórum Eleitoral da 33ª Zona Eleitoral	Nova Brasilândia do Oeste	Av. 13 de Maio, s/nº , Setor 03, Qudra 36, Lotes 135 e 150. CEP - 76.958-000

Fórum Eleitoral da 34ª Zona Eleitoral	Buritis	Rua Barretos, 1690. CEP - 76.880-000
Fórum Eleitoral da 35ª Zona Eleitoral	São Miguel do Guaporé	Rua Cacoal, 965 – Bairro Cristo Rei. CEP - 76.932-000

Subcláusula Primeira – Este contrato complementa-se com as normas e disposições contidas no Termo de Referência nº 004/2013-SEAP e seus Anexos e na proposta da Contratada, os quais, independentemente de transcrição, são parte dele integrante.

Subcláusula Segunda – É parte integrante deste contrato, para todos os fins de direito, o **Acordo de Nível de Serviço - Anexo I**, o qual também será assinado pelas partes.

Subcláusula Terceira – Esta contratação é remanescente de serviço e encontra-se fundamentada no Art. 24, inciso XI, da Lei 8.666/93, nos termos do Parecer nº 175/2015, de 14/08/2015, da Assessoria Jurídica da Diretoria Geral, e Decisão Nº 170 / 2015 - PRES/ASSPRES, do Excelentíssimo Senhor Presidente do TRE-RO, de 26/08/2015, e em razão da Rescisão Unilateral do Contrato TRE-RO n. 24/2013.

DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

(Artigo 57, II e § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – Este contrato terá o prazo de vigência de 4 (quatro) meses contados a partir de 1º/09/2015, encerrando-se em 31/12/2015.

Subcláusula Primeira – O prazo de vigência acima correspondente ao período remanescente do Contrato TRE-RO n. 24/2013, reincidido unilateralmente por esta Administração.

Subcláusula Segunda – Este Contrato poderá ser prorrogado, nos termos do disposto no inciso II do artigo 57 da Lei n. 8.666/93.

Subcláusula Terceira – O prazo de execução será a partir da data constante no ofício de solicitação de ativação dos postos.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)****CLÁUSULA TERCEIRA – São obrigações do Contratante:**

I – Autorizar a contratada, após a assinatura do contrato, o início da prestação dos serviços abrangidos pelo objeto do contrato;

II - Orientar a CONTRATADA acerca da correta execução dos serviços contratados e autorizar o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho;

III - Dar conhecimento à CONTRATADA acerca das normas estabelecidas para carga e descarga de materiais, horário de trabalho e demais condições exigidas;

IV - Conservar permanentemente desobstruídas as casas de máquinas;

V - Disponibilizar instalações sanitárias, vestiários com armários/guarda-roupas;

VI – Disponibilizar, nas dependências da edificação, local apropriado para guarda de ferramentas e material da equipe de manutenção;

VII - Fornecer todos os materiais e equipamentos de limpeza necessários para a perfeita execução dos serviços;

VIII – Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

IX – Receber o relatório mensal das atividades executadas pela CONTRATADA, manifestando-se a respeito do teor desse, se necessário;

X - Rejeitar, caso inadequados ou irregulares, os serviços prestados pela CONTRATADA;

XI - Notificar a CONTRATADA, na ocorrência da situação prevista no inciso anterior, para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com as regras deste contrato;

XII - Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;

XIII - Notificar a CONTRATADA acerca de eventual conduta inconveniente de seus empregados quando da execução dos serviços ou na ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

XIV - Manter atualizados os documentos próprios dos registros de serviços que tenham sido realizados pela CONTRATADA;

XV - Solicitar eventualmente, a seu critério, com antecedência mínima de dois dias úteis do início dos serviços, a realização de horas-extras;

XVI - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;

XVII - Efetuar o pagamento à Contratada, após verificada a regularidade da nota fiscal/fatura de acordo com as condições, documentações, preços, prazos estabelecidos neste contrato e nas demais regras a ele aplicadas;

XVIII - Autorizar o CONTRATANTE a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

XIX - Avaliar a contratada por critérios objetivos, sempre que necessário. As avaliações serão encaminhadas à Contratada para análise e adequações necessárias quanto à prestação dos serviços.

XX - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas a este contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

Subcláusula primeira - A **gestão** do presente Contrato será realizada pelo (a) Chefe da Seção de Administração de Predial do TRE/RO, ou seu (sua) substituto (a), a quem compete zelar pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação e controle previstos nas normas de gestão de contratos da Justiça Eleitoral, atuando de forma complementar ao fiscal do contrato.

Subcláusula segunda - A **fiscalização** será exercida pelo (a) Chefe de Cartório, ou substituto (a), responsável pela administração do Fórum Eleitoral de cada localidade.

Subcláusula terceira - Para auxiliar na gestão e fiscalização contratual, será adotado o Guia de Fiscalização dos Contratos de Prestação de Serviços com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra, Anexo IV da IN SLTI/ MPOG 002/08 e reproduzido no Anexo II deste instrumento, o Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a Instrução Normativa TRE - RO n. 004/2008.

Subcláusula quarta - O fiscal do contrato deverá observar rigorosamente o cumprimento dos indicadores de qualidade adotados no Acordo de Nível de Serviço, anexo a este instrumento, informando seu eventual descumprimento quando do atesto dos serviços constantes das notas fiscais/faturas da contratada.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Artigo 55, II, VII e XIII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA – A CONTRATADA obriga-se a realizar o objeto do presente Contrato nas condições, modo, forma, rotinas, preços e prazos estabelecidos neste instrumento, no Termo de Referência 004/2013/SEAP e proposta, responsabilizando-se integralmente pelos serviços contratados, executando-os na forma, rotinas e prazos estabelecidos, fornecendo toda mão de obra, equipamentos, ferramentas e utensílios para a perfeita execução dos trabalhos, mantendo os serviços contratados em número, qualidade, técnica e condições especificadas, aceitando vistorias por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – Constituem, ainda, obrigações da contratada:

I - Oferecer GARANTIA, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Termo de Contrato, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do objeto deste certame, nos termos do art. 56, §2º, da Lei nº 8.666/93, a qual deverá ter prazo de validade de até 3 (três) meses após o término da vigência contratual;

II - Iniciar a prestação dos serviços na data estabelecida no Termo de Contrato como início da execução;

III - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As supressões acima desse limite poderão ocorrer por acordo entre as partes;

IV - Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato;

V - Manter-se, durante toda a execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do Pregão, comprometendo-se a comunicar ao contratante qualquer alteração superveniente impeditiva de manutenção dessas condições e a apresentar os comprovantes de regularidade junto ao FGTS, ao INSS, à Fazenda Pública Federal e à Justiça do Trabalho, sempre que solicitado;

VI - Comunicar, por escrito e imediatamente ao TRE/RO, na vigência do Contrato, a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

VII - Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser argüido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

VIII - Utilizar, sob sua inteira responsabilidade, toda a competente e indispensável mão-de-obra, devidamente habilitada e treinada, para execução dos serviços contratados, da qual assumirá o cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e todas as outras previstas nas normas legais pertinentes. A inadimplência da Contratada com relação a estes encargos não transfere à Administração a responsabilidade por seus pagamentos nem poderá onerar o objeto do contrato;

IX - proceder ao atendimento emergencial do CONTRATANTE, em caso de necessidade, respeitada a legislação trabalhista. Na ocorrência de greve da categoria a CONTRATADA obriga-se à prestação dos serviços, por meio de esquema de emergência;

X - Ressarcir e/ou repor, de imediato, o bem físico eventualmente danificado, destruído ou desaparecido no processo de prestação de serviços, ou valores decorrentes de utilização indevida ou particular de serviços/equipamentos disponíveis nesta Justiça Eleitoral, responsabilizando-se pelos prejuízos à CONTRATANTE, bem como de Terceiros prejudicados, desde que comprovada a ação ou omissão por parte da Contratada;

XI - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os defeitos ou incorreções resultantes da má qualidade da execução dos serviços e/ou dos materiais empregados. A correção de eventuais irregularidades não impedirá a aplicação das sanções previstas na legislação vigente;

XII - Responder por todos os ônus decorrentes da execução dos serviços como taxas, impostos e seguros;

XIII - Responder por quaisquer prejuízos eventuais causados por seus empregados e prepostos, quando em missão de serviços por força das obrigações assumidas ou, mesmo que indevidamente, em razão do contrato;

XIV - Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do CONTRATANTE;

XV - Comunicar à Administração do CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

XVI - apresentar, mensalmente e sempre que solicitada pelo CONTRATANTE, os comprovantes de pagamento de salários e benefícios dos empregados e o recolhimento de encargos;

XVII - permitir ao CONTRATANTE o acesso ao controle diário de frequência e às carteiras profissionais dos empregados alocados à execução do serviço contratado;

XVIII - Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço para verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;

XIX - Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do objeto do contrato;

XX - Selecionar e treinar adequadamente os empregado alocados na prestação dos serviços, observando a comprovação dos atestados de boa conduta e de idoneidade moral;

XXI - Manter seus empregados sob as normas disciplinares do CONTRATANTE, substituindo, no prazo máxima de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer deles considerados inconvenientes pelo CONTRATANTE;

XXII - Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

XXIII - Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependências do CONTRATANTE;

XXIV - Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

XXV - Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;

XXVI - Manter sede, filial ou escritório na cidade de Porto Velho/RO, com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários, cuja comprovação deverá ocorrer no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da assinatura do contrato;

XXVII - Providenciar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do contrato, cartão cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados. Caso o empregado não deseje o acesso ao cartão cidadão, o CONTRATADO deve apresentar relação dos seus funcionários que se enquadram nesta situação, na qual conste assinatura comprobatória de que estes tomaram conhecimento dos benefícios de sua concessão e optaram por não o acessarem;

1. - Caso não seja possível a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal, como na hipótese de o trabalhador ser cadastrado em programas de transferência de renda, o CONTRATADO deve apresentar as devidas justificativas, acompanhadas de comprovações do conhecimento do empregado acerca da situação.

XXVIII - Creditar os salários em conta bancária dos empregados, em agências localizadas nas respectivas localidades de prestação dos serviços;

XXIX - Providenciar, junto ao INSS, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do contrato, senha para todos os empregados com o objetivo de acessar o Extrato de Informações Previdenciárias;

XXX - Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho;

XXXI - Fornecer os uniformes e EPI's, nas condições e qualidades exigidas pelo edital da licitação;

XXXII - Não subcontratar, subempreitar, ceder ou transferir total ou parcialmente os serviços objeto desta licitação;

XXXIII - Comunicar por escrito e imediatamente ao CONTRATANTE a ocorrência – após a assinatura deste contrato - de contratação de empregados ou a admissão em seu quadro societário de pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

XXXIV - Cumprir, no prazo estipulado na notificação expedida pelo fiscal ou gestor do contrato todas as determinações do contratante, especialmente, quando se tratarem de adimplemento de obrigação prevista neste instrumento, sob pena de aplicação de penalidades;

XXXV - Cumprir todas as demais obrigações descritas no CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES – ANEXO II -, bem como no Edital do Pregão e seus demais anexos, além de outros encargos derivados da legislação e normas regulamentares.

Subcláusula única - São expressamente vedadas à Contratada:

I - A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;

II - A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, durante a vigência deste contrato.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEXTA – Fica ajustado o valor deste Contrato em **R\$ 163.411,20** (cento e sessenta e três mil quatrocentos e onze reais e vinte centavos), contados da assinatura, de acordo com os seguintes preços mantidos pela contratada:

ITEM	MUNICÍPIO	POSTO DE SERVIÇO	QUANT	VALOR MENSAL R\$	VALOR 04 MESES R\$ (remanescente)	VALOR 24 MESES
2	Jaru	Servente	1	2.042,64	8.170,56	-
3	Guajará-Mirim	Servente	1	2.042,64	8.170,56	-
4	Ji-Paraná	Servente	1	2.042,64	8.170,56	-
5	Vilhena	Servente	1	2.042,64	8.170,56	-
6	Costa Marques	Servente	1	2.042,64	8.170,56	-
7	Ariquemes	Servente	1	2.042,64	8.170,56	-
8	Colorado do Oeste	Servente	1	2.042,64	8.170,56	-
9	Pimenta Bueno	Servente	1	2.042,64	8.170,56	-
10	Cacoal	Servente	1	2.042,64	8.170,56	-
11	Ouro Preto do Oeste	Servente	1	2.042,64	8.170,56	-
11	Presidente Médici	Servente	1	2.042,64	8.170,56	-
13	Rolim de Moura	Servente	1	2.042,64	8.170,56	-
14	Cerejeiras	Servente	1	2.042,64	8.170,56	-
15	Alta Floresta do Oeste	Servente	1	2.042,64	8.170,56	-
16	Alvorada do Oeste	Servente	1	2.042,64	8.170,56	-

17	Santa Luzia do Oeste	Servente	1	2.042,64	8.170,56	-
18	Machadinho	Servente	1	2.042,64	8.170,56	-
19	Nova Brasilândia	Servente	1	2.042,64	8.170,56	-
20	Buritis	Servente	1	2.042,64	8.170,56	-
21	São Miguel do Guaporé	Servente	1	2.042,64	8.170,56	-
VALOR ESTIMADO DOS SERVIÇOS POR MÊS				40.852,80	163.411,20	-
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO PARA 4 MESES						163.411,20

Subcláusula Primeira - As despesas com a execução do presente Contrato no exercício de 2015 correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral. PROGRAMA DE TRABALHO: 02122057020GP0011, ELEMENTO DE DESPESA 33.90.37.02, conforme Nota de Empenho n.º. 2015NE000446, de 27/08/2015.

Subcláusula Segunda – Para os exercícios vindouros, para os quais a vigência deste Contrato se expande, outros empenhos serão emitidos e informados corretamente, sempre guardando-se a devida correspondência entre a conta orçamentária citada nesta cláusula e as despesas oriundas deste Contrato.

DA GARANTIA

CLÁUSULA SÉTIMA – Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento nos termos do art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, e art. 18, XIX, da Instrução Normativa n. 02/2008 MPOG, a CONTRATADA obriga-se a apresentar **GARANTIA** no valor de

(oito mil cento e setenta reais e cinquenta e seis centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste contrato.

Subcláusula Primeira – A CONTRATADA deverá apresentar no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação da Garantia acima estipulada, podendo optar por caução em

dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

Subcláusula Segunda – A Garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b. Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;
- d. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA;

Subcláusula Terceira – A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados na Subcláusula anterior;

Subcláusula Quarta - A Garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do CONTRATANTE;

Subcláusula Quinta – A garantia deverá ter prazo de validade durante a execução do Contrato até 03 (três) meses após o término da vigência contratual;

Subcláusula Sexta – A eventual prorrogação do contrato condiciona-se à renovação da garantia, com idêntico percentual e vigência previstos nas subcláusulas anteriores, calculada sobre o valor total dos serviços apurado em razão do período dimensionado na prorrogação.

Subcláusula Sétima – A não apresentação injustificada da garantia no prazo acima poderá implicar na rescisão contratual e a consequente aplicação das seguintes penalidades:

- a. Aplicação de multa de 0,07% (zero vírgula zero sete por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).
- b. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os

incisos I e II do art. 78 da Lei 8.666, de 1993.

Subcláusula Oitava – O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA

Subcláusula Nona – A Garantia será considerada extinta:

- a) Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- b) Após o término da vigência do contrato, devendo o instrumento convocatório estabelecer o prazo de extinção da garantia, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro;

Subcláusula Décima – O CONTRATANTE não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

- a. Caso fortuito ou força maior;
- b. Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- c. Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrente de atos ou fatos da Administração;
- d. Prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração;
- e. Não serão admitidas outras hipóteses de não execução da garantia, que não as previstas na alínea “I”;

Subcláusula Décima Primeira – A Garantia somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as obrigações oriundas desta contratação, e, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será retida e utilizada para seu pagamento diretamente pela Administração.

DA REPACTUAÇÃO

(Decreto Federal 2.271/97)

CLÁUSULA OITAVA - Os preços estabelecidos neste contrato poderão ser objeto de repactuação, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir, conforme estabelece o art. 5º, do Decreto Federal n. 2.271/97, a qual será formalizada mediante termo aditivo.

Subcláusula primeira - Nos Termos do item 9.1.5 do Acórdão Plenário TCU 1563/04, este contrato admite uma única repactuação tanto para os preços de mão de obra como para preços dos demais insumos, no interregno mínimo de um ano, conforme estabelecem o Art. 2º da Lei n. 10.192/00 e o Art. 5º do Decreto Federal n. 2.271/97.

Subcláusula segunda - O orçamento considerado para a apresentação da proposta tem como data-base o dia 1º de janeiro de 2015, data da convenção coletiva SINTELPES/RO X SEAC/RO 2015. Dessa forma, nos termos do inciso II do art. 38 da IN 02/08 e do Acórdão TCU 1563/04 – Plenário, especialmente pelo contido em seu item 9.1.3, a futura contratada poderá solicitar a primeira repactuação do valor do contrato 01 (um) ano após essa data-base, ou seja, 1º de janeiro de 2016, desde que já fixado o índice de reajuste por acordo, convenção ou dissídio coletivo.

Subcláusula terceira - A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

Subcláusula quarta – Fica ajustado que os custos de insumo que tenham sofrido variação a partir da data limite para apresentação das propostas, desde que haja demonstração analítica dessa variação devidamente justificada, poderão ser repactuados juntamente com a **primeira repactuação**, a qual contemplará todos os componentes de custo do contrato conforme preceitua o Art. 5º do Decreto Federal n. 2.271/97 (item 37 c/c o item 9.1.6 do Acórdão TCU 1.563/04).

Subcláusula quinta - Nas repactuações subsequentes à primeira, as quais contemplarão todos os componentes de custo do contrato, o prazo mínimo de um ano conta-se a partir da data da última repactuação, sendo vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva (item 9.1.3 c/c o item 9.1.4 do Acórdão TCU 1.563/04).

Subcláusula sexta - A repactuação para fazer face à elevação dos custos da contratação que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, desde que respeitada a anualidade, é direito do contratado, e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, conforme estabelece o art. 37, inciso XXI, da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado ao prestador receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.

Subcláusula sétima - As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a

repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

Subcláusula oitava - A solicitação da repactuação para fazer jus a variação de custos decorrente do mercado somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos, considerando-se:

I - os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

II - as particularidades do contrato em vigência, devendo a Administração assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa;

III - a nova planilha com a variação dos custos apresentada;

IV - indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e

V - a disponibilidade orçamentária do órgão contratante.

Subcláusula nona - A decisão sobre o pedido de repactuação será exarada pelo contratante no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

Subcláusula décima - As repactuações serão formalizadas e não poderão alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento.

Subcláusula décima primeira - O prazo referido na subcláusula anterior ficará suspenso enquanto a contratada não apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.

Subcláusula décima segunda - O contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.

Subcláusula décima terceira - As repactuações a que o contratado fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, **serão objeto de preclusão** com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

Subcláusula décima quarta - Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se as seguintes regras:

I - a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

II - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

III - em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras;

Subcláusula décima quinta - Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

Subcláusula décima sexta - As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Subcláusula décima sétima - A eventual contratação para a execução de remanescente de serviços transfere à futura contratada o direito à repactuação nas mesmas condições e prazos estabelecidos neste contrato, devendo os seus preços serem corrigidos antes do início da contratação, se cabível, conforme determina o art. 24, inciso XI, da Lei n. 8.666/93.

DA REVISÃO (REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO)

(Art. 65, II, “d”, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA NONA - Este instrumento poderá ser revisto, a qualquer tempo, nos termos no art. 65, II, “d”, da Lei n. 8.666/93, para restabelecer a relação pactuada inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

DA ALTERAÇÃO

(Art. 65, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA - Este instrumento poderá ser alterado nos Termos no art. 65, I e II, “b” e “c” e nos limites do §§ 1º e 2º do mesmo artigo da Lei n. 8.666/93.

DO PAGAMENTO
(Art. 55, III, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Os pagamentos serão efetuados mensalmente, mediante Ordem Bancária, em moeda corrente nacional, através do Banco do Brasil S/A, até o 5º (quinto) dia útil contado da data em que for devidamente atestada pelo a Fatura/Nota Fiscal pelo fiscal do contrato, discriminando os serviços executados.

Subcláusula única – São regras aplicáveis aos pagamentos:

I – Será observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei n. 8.666/93;

II – Desobriga-se o CONTRATANTE a efetuar o pagamento sem atestação e emissão de Nota Técnica pelo fiscal designado pelo Contratante para acompanhamento e fiscalização dos serviços e manifestação do gestor de contratos do TRE/RO ou apresentada em desacordo com os valores constantes de sua proposta de preços, ou que contenham rasuras ou erros materiais;

III - A CONTRATADA deverá apresentar junto com a Nota Fiscal dos serviços, os comprovantes de quitação de impostos e taxas que incidam sobre a presente contratação e, ainda:

a) do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º, art. 31, da Lei nº 9.032/95, posto tratar-se de mão de obra diretamente envolvida na execução dos serviços na contratação de serviços continuados;

b) da regularidade fiscal, constatada através de consulta "on line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou, ainda, à documentação descrita no art. 29 da Lei n. 8.666/93;

c) comprovantes dos recolhimentos do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, todos referente ao mês anterior, observada as seguintes regras:

c1) o contratante fará as retenções legais do ISSQN para os serviços prestados no município de Porto Velho;

c2) a contratada deverá apresentar uma nota fiscal para cada município no qual preste o serviço;

c3) com relação aos serviços prestados nos **municípios do interior**, a própria contratada deverá fazer o recolhimento dos valores nos respectivos nos Documentos Municipais de Arrecadação, juntando o comprovante à nota fiscal de prestação de serviços;

c4) caso algum município do interior tenha aprovado legislação específica que estabeleça a substituição tributária dos entes públicos tomadores dessa espécie de serviços, possibilitando a retenção e posterior repasse desse tributo, poderá a contratada, caso queira, pleitear através de requerimento expresso a retenção na fonte, juntando a cópia da lei municipal ao seu requerimento;

c5) enquanto não deferido o requerimento, até porque será necessário aferir o procedimento para a retenção e o repasse, a contratada deverá continuar realizando e comprovando o recolhimento, sob pena de recusa justificada do pagamento da nota fiscal.

d) cópias dos comprovantes do **recebimento antecipado** do vale-transporte pelos funcionários **OPTANTES**, nas localidades nas quais existam transporte coletivo municipal, de acordo com o **art. 1º da Lei n. 7.418/85** e a vigente Convenção coletiva **SINTELPES/RO X SEAC/RO**;

d1) nas localidades do interior do Estado que não possuem o sistema de transporte coletivo municipal a contratada deverá comprovar o **ressarcimento antecipado em pecúnia** do valor correspondente ao vale – transporte, de acordo com os valores constantes da planilha de composição de custos de sua proposta;

e) cópias do recebimento antecipado de vale-alimentação pelos empregados, conforme a vigente Convenção coletiva **SINTELPES/RO X SEAC/RO**;

e1) nas localidades nas quais justificadamente não for possível a utilização de vale-alimentação, a contratada deverá comprovar o pagamento antecipado em pecúnia a seus empregados, de acordo com os valores constantes da planilha de composição de custos de sua proposta;

f) do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração.

IV - O contratante fará a retenção dos valores previstos na **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** deste contrato.

V - O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejarão a retenção do pagamento até sua regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

VI - nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços;

VII - quando do pagamento de eventuais horas-extras a **CONTRATADA** deverá apresentar Fatura própria, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, acompanhada da solicitação para sua

realização e do relatório de atividades executadas.

VIII - O pagamento, quando houver repactuação ou revisão, far-se-á por meio de dois tipos de faturas, sendo uma principal, correspondente aos preços iniciais, e outra suplementar, relativa ao valor do reajustamento devido;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Registrado pelo gestor do contrato os descumprimentos das metas de qualidade estabelecidas no **Acordo de Nível de Serviço** anexo a este contrato, os pagamentos serão ajustados para os percentuais ali estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

Subcláusula primeira – A compensação financeira prevista na SUBCLÁUSULA anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

Subcláusula segunda: Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que decidirá acerca da eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

**ABERTURA DE CONTA VINCULADA
BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO
(Resolução CNJ n. 169, de 31/01/2013)**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – De acordo com a **Resolução CNJ n. 169, de 31/01/2013** e a

Súmula 331 do Superior Tribunal do Trabalho, para a garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas oriundas do contrato de prestação de serviços, com previsão de mão de obra residente nas dependências nas dependências do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO -, o contratante fará o provisionamento de encargos trabalhistas para o pagamento das férias, abono de férias (1/3 constitucional), 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, incidências dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, abono de férias (1/3 constitucional) e 13º salário e percentual de lucro incidente sobre os encargos retidos, que serão deduzidos do pagamento do valor mensal do contrato e depositados exclusivamente em banco público oficial.

Subcláusula primeira - Os depósitos serão realizados pelo TRE/RO em conta-corrente vinculada – bloqueada para movimentação - específica, aberta no nome da contratada junto à Agência PAB da Justiça Federal da Caixa Econômica Federal, em Porto Velho/RO, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem do TRE/RO.

Subcláusula segunda - O montante do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes rubricas com provisões previstas para o período da contratação: férias, abonos de férias (1/3 constitucional), 13º salário, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS (INSS, SESI/SESC/SENAI/SENAC/INCRA/SALÁRIO EDUCAÇÃO/FGTS/RAT+FAT/SEBRAE, ETC) sobre férias, 1/3 constitucional e 13ª salário, acrescidos do percentual do lucro proposto pela contratada incidente sobre os encargos retidos, conforme discriminado na tabela abaixo:

PERCENTUAIS PARA CONTINGENCIAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS	
ITEM	C/ RAT/SAT DE 3%
GRUPO A - SOMATÓRIOS DOS PERCENTUAIS DOS ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS (c/ SAT x RAT de 3%) E FGTS	36,80%
TÍTULO	PERCENTUAL
FÉRIAS	8,33
ABONO DE FÉRIAS	2,78
13º SALÁRIO	8,33
SUBTOTAL	19,44
INCIDÊNCIA DO GRUPO A SOBRE O SUB-TOTAL	7,15

MULTA DO FGTS	4,30
Lucro Proposto pela contratada	(L)
TOTAL A CONTINGENCIAR	(19,44 + 7,15 + 4,30 + L)

Subcláusula terceira - Os valores provisionados serão obtidos pela aplicação dos percentuais e valores constantes da proposta.

Subcláusula quarta - A assinatura do contrato de prestação de serviços entre o TRE/RO e a empresa vencedora do certame será sucedida dos seguintes atos:

a) o TRE/RO fará a solicitação de abertura de conta corrente – bloqueada para movimentação – no nome da empresa contratada;

b) assinatura, pela empresa contratada, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da notificação do Tribunal, dos documentos de abertura da conta-corrente vinculada – bloqueada para movimentação – e de termos específico da instituição financeira oficial que permita ao Tribunal ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do Tribunal.

Subcláusula quinta - Os saldos da conta vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados pelo índice da poupança ou outro porventura fixado pela Caixa Econômica Federal.

Subcláusula sexta – Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados na tabela supra, deixarão de compor o valor do pagamento mensal à contratada.

Subcláusula sétima – Durante a execução do contrato o setor financeiro do TRE/RO fará a conferência da aplicação dos descontos aplicados sobre as folhas de salário mensais dos empregados, indicando o valor.

Subcláusula oitava – A empresa contratada poderá solicitar autorização do Tribunal para resgatar da conta-corrente vinculada – bloqueada para movimentação -, os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias que estejam contempladas nas rubricas do inciso I, desde que comprovado tratar-se dos empregados alocados pela empresa contratada para prestação dos serviços contratados.

Subcláusula nona – Para resgatar os recursos da conta-corrente vinculada – bloqueada para movimentação – conforme previstos no inciso anterior, a empresa contratada, após pagamento das

verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar ao gestor do contrato os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no inciso I, podendo requerer o resgate do lucro incidente sobre as rubricas pagas pela contratada.

Subcláusula décima – O Tribunal, por meio do setor competente, expedirá, após a confirmação do pagamento das verbas trabalhistas retidas, autorização para o resgate de valores, encaminhando a referida autorização ao banco, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela contratada.

Subcláusula décima primeira – A empresa contratada poderá também solicitar autorização do Tribunal para movimentar os recursos da conta-corrente vinculada – bloqueada para movimentação – diretamente para a conta-corrente dos empregados alocados na execução do contrato, desde que para o pagamento de verbas trabalhistas que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no inciso I.

Subcláusula décima segunda – Na situação da subcláusula anterior o Tribunal solicitará ao banco que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da transferência dos valores para a conta-corrente do beneficiário, apresente os respectivos comprovantes de depósitos.

Subcláusula décima terceira - Eventuais saldos da conta-corrente vinculada – bloqueada para movimentação – somente serão liberados à empresa contratada se após 02 (dois) anos do término do contrato o empregado que estava alocado na execução do contrato não acionar a justiça do trabalho.

Subcláusula décima quarta - No caso de determinação judicial para bloqueio e transferência de valor da conta-corrente vinculada para a conta-corrente judicial, o valor transferido será glosado por ocasião do primeiro pagamento e dos subsequentes a serem efetuados à empresa após a determinação e depositados na conta-corrente vinculada para recomposição do saldo. Em tal situação o Tribunal deverá notificar a empresa contratada sobre a ordem judicial.

Subcláusula décima quinta - Eventuais despesas para abertura e manutenção da conta-corrente vinculada – bloqueada para movimentação - serão suportadas na taxa de administração constante na proposta comercial da empresa.

DAS PENALIDADES

(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O descumprimento injustificado das obrigações assumidas neste Contrato, garantida a prévia e ampla defesa, sujeita a contratada à multa moratória consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, **incidentes sobre o valor do Contrato**, na forma

seguinte:

I – Quanto à interrupção na prestação dos serviços:

- a) primeira interrupção injustificada de até seis (6) horas na execução dos serviços em qualquer posto contratado, **multa de 0,2% (zero virgula dois por cento);**
- b) segunda interrupção injustificada de até seis (6) horas na execução dos serviços contratados, **multa de 0,3% (zero virgula três por cento);**
- c) terceira interrupção injustificada na execução dos serviços contratados, **multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento);**
- d) interrupção superior a seis (seis) horas **ou** quarta interrupção injustificada na execução dos serviços contratados **poderá caracterizar a inexecução parcial do contrato.**

II – Quanto ao descumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato:

- a) primeiro descumprimento injustificado de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: **multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento);**
- b) segundo descumprimento injustificado de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: **multa de 1,0% (um por cento);**
- c) terceiro descumprimento injustificado de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato **poderá caracterizar a inexecução parcial da obrigação.**

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração Contratante poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à contratada as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de até 10% (dez por cento):
 - b1) sobre o valor do contato, se total a inexecução;
 - b2) sobre o valor da obrigação inadimplida, se parcial a inexecução.
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Subcláusula única – A inexecução total ou parcial do Contrato poderá ensejar sua rescisão unilateral pela Administração, com as consequências previstas neste ajuste e na Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - As sanções estabelecidas na Cláusula anterior podem ser aplicadas à contratada juntamente com as multa moratória prevista na Cláusula Décima Sétima.

Subcláusula primeira – A aplicação das sanções previstas nesta seção obedecerá o procedimento estabelecido pela Instrução Normativa TRE - RO n. 004/08.

Subcláusula segunda – Aplicam-se as penalidades previstas nesta seção independentemente dos ajustes ou glosas nos pagamentos das faturas em razão de descumprimentos das metas de qualidade estabelecidas no **Acordo de Nível de Serviço** anexo a este contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Se a contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela SELIC, com fundamento no art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011. Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na Dívida Ativa da União.

Subcláusula Primeira - O valor da multa ou condenação aplicada será recolhido através de GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80);

Subcláusula Segunda - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 3º da Lei 10.522/02);

Subcláusula Terceira - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE/RO – CAI2.

Subcláusula Quarta - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela Instrução Normativa nº 04/2008 do TRE-RO.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - As multas previstas nesta seção não eximem a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à

Administração contratante.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Artigo 55, VIII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA VIGÉSIMA - O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção "Das Penalidades" deste instrumento, **e especialmente** em razão das seguintes ocorrências:

I – não assinar o Acordo de Nível de Serviço, anexo a este contrato;

II – não apresentar garantia, nas condições previstas na CLÁUSULA SÉTIMA deste contrato;

III – não iniciar a prestação dos serviços, no prazo assinalado na ordem de serviço;

IV – não apresentar, quando exigido, seu representante para o contrato (supervisor administrativo ou preposto);

V – não assinar o termo específico da instituição financeira oficial que permita ao contratante o acesso aos saldos e extratos e que vincule a movimentação dos valores depositados à sua autorização;

VI – não apresentar, nos prazos determinados por este contrato, as comprovações das quitações trabalhistas salariais, previdenciários, sociais e fiscais exigidas pela legislação;

VII – deixar de comprovar a realização de seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho;

VIII – realizar na vigência do contrato a contratação de empregados ou admitir em seu quadro societário, pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o Terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados a este Tribunal (**art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005**).

Subcláusula primeira - A rescisão deste contrato poderá dar-se:

I - por ato unilateral e escrito da Administração-contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei n. 8.666/93;

II - amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a Termo, desde que haja conveniência para a Administração-

contratante.

Subcláusula segunda - A rescisão contratual de que trata o inciso da Subcláusula anterior acarretará as consequências previstas no Art. 80, inciso I a IV, da Lei n. 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos até 20 (vinte) dias após a sua assinatura, na forma do parágrafo único do artigo 61 da Lei 8.666/93.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Artigo 55, IV, VI, X e XI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - À execução do presente contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão a Lei nº 8.666/93 e alteração subsequente, o Decreto Federal n. 2.271/97 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 002/08, naquilo que não contrariar as decisões e orientações do Tribunal de Contas da União – TCU - e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ - e, de forma subsidiária, a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e o Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - São partes integrantes deste Contrato, independentemente de transcrição no mesmo, as condições estabelecidas no Termo de Referência nº 004/2013/SEAP, seus anexos e a proposta comercial da contratada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – Não se aplicam ao objeto do presente contrato os **incisos VI e X do artigo 55 da Lei n. 8.666/93**.

DO FORO

(Artigo 55, § 1º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - Fica eleito o Foro da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho, para solucionar questões resultantes da aplicação deste contrato ou relativas a este, não resolvidas na esfera administrativa, com renúncia expressa a quaisquer outros.

E por estarem CONTRATANTE e CONTRATADA assim acordados, lavrou-se o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas na presença das testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 28 de agosto de 2015.

Desembargador MOREIRA CHAGAS Pelo Contratante	ELLEN RUBIA PEREIRA DE OLIVEIRA Pela Contratada
Rudma Rosa Oliveira Costa CPF nº 629.311.562-72 1ª Testemunha	Gisleine Souza Santos CPF nº 028.052.405-61 2ª Testemunha

ANEXO I – Contrato TRE-RO n. 8/2015

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

INDICADOR DE QUALIDADE**GARANTIR SERVIÇOS ADEQUADOS EM RELAÇÃO À ROTINA DE EXECUÇÃO ESTABELECIDADA**

ITEM	DESCRIÇÃO DO INDICADOR
Finalidade	Garantir prestação de serviços adequados.
Meta a cumprir	Prestar os serviços dentro dos parâmetros de qualidade e produtividade estabelecidas pela Contratante
Instrumento de medição	<p>Cálculo do Índice de Desempenho Mensal:</p> <p>1 – INSUFICIENTE – Acima de:</p> <ul style="list-style-type: none">- 03 (três) ocorrências Grau 03 no mês OU- 07 (sete) ocorrências Grau 02 no mês OU- 11 (onze) ocorrências Grau 01 no mês. <p>2 – REGULAR – Entre:</p> <ul style="list-style-type: none">- 01 (uma) e 03 (duas) ocorrências Grau 03 no mês OU- 03 (três) e 07 (sete) ocorrências Grau 02 no mês OU- 05 (cinco) e 11 (onze) ocorrências Grau 01 no mês <p>3 – BOM – Até:</p> <ul style="list-style-type: none">- 02 (duas) ocorrências Grau 02 no mês OU- 04 (quatro) ocorrências Grau 01 no mês.
	Registro de Ocorrências

Forma de acompanhamento	Relatório de Inspeção Formato de registro de ocorrência: - Grau 03 – grave - Grau 02 – média - Grau 01 - leve
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de Cálculo	Apuração mensal da quantidade de ocorrências por grau para determinação do Índice de Desempenho. Cálculo de Fator de Conversão conforme índice de desempenho: Se índice de desempenho for “Bom”, Fator de Conversão = 1 Se índice de desempenho for “Regular”, Fator de Conversão = 0,98 Se índice de desempenho for “Insuficiente”, Fator de Conversão = 0,96 O valor a ser pago será o resultado da multiplicação do valor da nota fiscal pelo fator de conversão: Valor a ser pago (R\$) = Valor da nota fiscal X Fator de Conversão Limites: $0,98 \leq \text{Fator de Conversão} \leq 1$
Início de Vigência	Data de início da prestação dos serviços.
Faixas de ajuste no pagamento	Valor a ser pago (R\$) = Valor da nota fiscal X Fator de Conversão

Sanções

Glosa da fatura, sem prejuízo do correspondente desconto na fatura mensal dos valores correspondente a cada infração quando se tratar de custos informados na planilha de formação de preços e das demais sanções estabelecidas no contrato para o descumprimento da obrigação.

OBSERVAÇÕES

- Todas as ocorrências registradas serão notificadas à Contratada, com prazo estipulado para solução das falhas;
- Cada ocorrência será classificada por grau de acordo com a tabela abaixo.
- Todas as ocorrências deverão ser datadas no momento do registro.
- Para apuração do Índice de Desempenho Mensal, será considerado um período de 30 (trinta) dias consecutivos. Ao final de cada período de 30 (trinta) dias, iniciará novo período para apuração do Índice de Desempenho daquele mês.
- Para efeito de aplicação das sanções, será considerado um período de 12 (doze) meses consecutivos. Ao final de cada período de 12 (doze) meses, iniciará novo período para apuração de Índice de Desempenho.

ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
01	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	3
02	Deixar de executar ou não executar no período previsto, qualquer serviço constante no Anexo II.	3

03	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	3
04	Deixar de executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado ou determinação formal.	3
05	Deixar de reparar, corrigir e substituir, às suas expensas, no total ou em partes, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, danos, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução;	2
06	Deixar de repor materiais de higiene pessoal nos banheiros (papel higiênico, papel toalha, sabonete líquido)	2
07	Deixar de fornecer os equipamentos necessários, em perfeitas condições de uso	3
08	Deixar de prestar manutenção aos equipamentos e seus acessórios	2
09	Deixar de substituir os equipamentos e/ou acessórios que apresentarem defeitos em até 24 (vinte e quatro) horas	2
10	Retirar quaisquer equipamentos e/ou acessórios ou materiais previstos em contrato, sem autorização prévia do Contratante	3
11	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados.	3
12	Permitir a presença de funcionário que não tenha sido previamente identificado pelo Contratante, desuniformizado e/ou sem crachá.	2
13	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE	2
14	Deixar de registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal	1
16	Deixar de fornecer uniformes nas quantidades e periodicidades estabelecidos no contrato.	3
17	Deixar de fornecer Equipamentos de Proteção Individual – EPI aos seus funcionários e de exigir sua utilização na forma da legislação vigente	3

18	Deixar de cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO	2
19	Deixar de substituir empregado com rendimento insatisfatório ou que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições	1
20	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá, salvo em casos excepcionais, autorizado pela FISCALIZAÇÃO.	1
21	Deixar de substituir funcionários faltosos após o limite de 1 (uma) hora após o início do expediente do posto	2
22	Deixar de efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, vales-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer encargos trabalhistas diretos e/ou indiretos relacionados à execução do contrato nas datas legais	3
23	Deixar de realizar treinamento e/ou reciclagem de seus empregados	1
24	Deixar de apresentar as notas fiscais mensais	2
25	Utilizar as dependência da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato	3
26	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes	3
27	Deixar de cumprir quaisquer obrigações constantes no edital e seus anexos, não prevista nesta tabela de multa	2
29	Deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e demais relatórios indispensáveis à fiscalização do Contrato	2

ANEXO II - Contrato TRE-RO n. 8/2015

CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES PARA SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

OBJETIVO

Este caderno de especificação fixa as condições exigíveis nas diretrizes de ordem administrativa, de planejamento, de organização, execução e no controle dos serviços de limpeza e conservação em unidades da Justiça Eleitoral, especificados neste termo de referência.

1. DEFINIÇÕES

Para efeito deste caderno, são adotadas as definições:

1.1 Ambientes climatizados.

Ambientes submetidos ao processo de climatização.

1.2 Posto de trabalho.

Áreas fixas onde atuam os servidores.

1.3 Área de circulação

Às destinadas ao acesso de pessoas e veículos.

1.4 Limpeza.

Procedimento de manutenção preventiva, que consiste na remoção de sujidades dos componentes das edificações, para evitar sua dispersão no ambiente interno.

1.5 Lavagem.

Limpeza com aplicação de água em abundância, sabão e água sanitária.

1.6 Limpeza com água.

Limpeza com aplicação de jato d'água

1.7 Limpeza úmida

Limpeza com utilização de pano umedecido com água ou líquido domissanitário.

1.8 Limpeza química

Limpeza com utilização de produtos químicos especiais.

1.9 Remoção de sujeira.

Limpeza por catação.

1.10 Limpeza seca

Limpeza com utilização de espanador, vassoura, palha de aço, pano seco, papel toalha, material atrativo ou lixa fina.

1.11 Varredura.

Limpeza com utilização de vassoura de pêlo, piaçava, pano ou outros.

1.12 Mobiliários.

✓ Mesas, cadeiras, armários, arquivos, computadores, telefones etc..

1.13 Recursos Humanos.**1.13.1 Homem/hora de limpeza.**

Mão-de-obra treinada para limpeza, conservação e manutenção de edificação, de uso coletivo, com predomínio de utilização para escritórios.

1.13.2 Preposto

Pessoa de ligação da Empresa, no local dos serviços, para representá-lo na execução do contrato.

✓ **1.13.8 Fiscal do Contrato.**

Servidor, representante do TRE/RO, especialmente designado para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato na forma prevista no Art. 67 da Lei nº 8.666/93.

1.13.9 Gestor do Contrato.

É o representante da Administração, especialmente designado, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 e do art. 6º do Decreto nº 2.271/97, para exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, devendo informar a Administração sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados pela contratada, propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados, conforme o disposto na IN SLTI/MPOG 002/08.

Deve, ainda, zelar pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação e controle previstos nas normas de gestão de contratos da Justiça Eleitoral, atuando de forma suplementar ao fiscal do contrato, além de promover as medidas necessárias à fiel execução das condições previstas no ato convocatório e no instrumento do contrato.

2.0. DESCRIÇÃO DAS ROTINAS DOS SERVIÇOS

2.1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO (SERVENTE DE LIMPEZA):

2.1.1. ÁREAS INTERNAS:

I - Diariamente, uma vez, quando não explicitado:

Remover com pano o pó de mesas, armários, arquivos, prateleiras, peitoris, e demais móveis, inclusive aparelhos elétricos, eletrodomésticos, extintores de incêndio, etc;

Lavar os cinzeiros situados nas áreas reservadas para fumantes;

Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza e aspirando o pó;

Proceder a lavagem de bacias, assentos e pias dos sanitários com saneante domissanitário desinfetante, duas vezes ao dia;

Varrer e passar pano em todo o piso;

Varrer, passar pano úmido e polir os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;

Varrer os pisos de cimento;

Limpar com produtos domissanitários os pisos dos sanitários, copas e outras áreas molhadas, duas vezes ao dia;

Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc;

Abastecer com papel toalha, papel higiênico, sabonete líquido os ambientes sanitários, sempre que necessário;

Retirar o lixo das cestas coletoras dos postos de trabalhos das áreas comuns e de sanitários, com os respectivos sacos plásticos, acondicionado-os em saco plástico de cem litros, removendo-os para local indicado pela Administração, duas vezes ao dia;

Realizar higienização nos aparelhos telefônicos;

Manter limpas as portas de vidro temperado utilizando produtos de limpeza adequados;

Limpar os espelhos com pano umedecido em álcool, duas vezes ao dia;

Suprir os bebedouros com garrações de água mineral, adquiridos pela Administração, sempre que necessário;

Executar os demais serviços considerados necessários à frequência diária.

II - Semanalmente, uma vez, quando não explicitado:

Remover sujeiras atrás e sob os móveis, armários e arquivos;

Limpar, com produtos adequados, as divisórias e portas revestidas com fórmica;

Limpar, com produto neutro, as portas, barras e batentes com pintura esmalte ou envernizado;

Limpar, com produto apropriado, as forrações em assentos e poltronas;

Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.;

Limpar as janelas (face interna e externa) com produtos anti-embacante e;

Lustrar todo mobiliário com produto adequado e passar pano ou papel toalha nos móveis;

Lavar o piso em granilite;

Lavar os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados com detergente, encerar e lustrar;

Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

III - Mensalmente, uma vez:

Limpar todas as luminárias por dentro e por fora;

Limpar forros, paredes e rodapés, cortinas e persianas, com produtos adequados;

Remover manchas das paredes;

Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral;

Proceder uma revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês;

Fornecer relatório mensal dos serviços executados;

Executar demais serviços considerados necessários à frequência mensal.

IV – Anualmente, uma vez quando não explicitado:

Efetuar lavagem das áreas acarpetadas previstas em contrato;

Aspirar o pó e limpar calhas e luminárias;

Lavar pelo menos duas vezes por ano, as caixas d'água dos prédios, remover a lama depositada e desinfetá-las;

Varrer e lavar as áreas pavimentadas e calçadas;

Executar demais serviços considerados necessários à frequência anual.

2.1.2. ESQUADRIAS EXTERNAS:

I – Quinzenalmente, uma vez:

Limpar todos os vidros (face interna/externa), aplicando-lhes produtos anti-embaçantes.

I – Semestralmente, uma vez:

Limpar fachadas envidraçadas (face externa), em conformidade com as normas de segurança do trabalho, aplicando-lhes produtos anti-embaçantes.

2.1.3. ÁREAS EXTERNAS:

I - Diariamente, uma vez, quando não explicitado:

Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza;

Varrer, passar pano úmido e polir os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e, emborrachados;

Varrer as áreas pavimentadas;

Retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de cem litros, removendo-os para local indicado pela Administração;

Deverá ser procedida a coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN MARE nº 06 de 03 de novembro de 1995;

Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

II - Semanalmente, uma vez:

Limpar e polir todos os metais (torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.)

Lavar os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite emborrachados, com detergente, encerar e lustrar;

Retirar papéis, detritos e folhagens das áreas verdes;

Varrer a calçada do pátio e do almoxarifado.

III - Mensalmente, uma vez:

Lavar as áreas cobertas destinadas a garagem/estacionamento;

Vasculhar forro/lajes da garagem;

Proceder a capina e roçada, retirar de toda área externa plantas desnecessárias, cortar grama e podar árvores que estejam impedindo a passagem de pessoas;

Lavar as calçadas do pátio.

2.3 PROCEDIMENTOS MÍNIMOS A SEREM OBSERVADOS QUANTO AOS SERVIÇOS DE LIMPEZA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO:

I – PASSEIO PÚBLICO:

Sarjeta de concreto:

As sarjetas de escoamento de águas pluviais, contíguas ao meio fio, deverão ser mantidas limpas, por meio de varreduras.

Pavimentação asfáltica e Concreto: Toda área pavimentada do pátio deverá ser mantida limpa, por meio de aspersão d'água e varredura.

3. DEFINIÇÃO DE SANEANTES DOMISSANITÁRIOS

São substâncias ou materiais destinados à higienização, desinfecção domiciliar, em ambientes coletivos e/ou públicos, em lugares de uso comum e no tratamento da água compreendendo:

4.1. Desinfetantes: destinados a destruir, indiscriminada ou seletivamente, microorganismos, quando aplicados em objetos inanimados ou ambientes;

4.2. Detergentes: destinados a dissolver gorduras e à higiene de recipientes e vasilhas, e a aplicações de uso doméstico;

4.3. São equiparados aos produtos domissanitários os detergentes e desinfetantes e respectivos congêneres, destinados à aplicação em objetos inanimados e em ambientes, ficando sujeitos às mesmas exigências e condições no concernente ao registro, à industrialização, entrega ao consumo e fiscalização.

4. CONSUMO E INSUMOS

4.1. Equipamentos e Ferramentas:

4.1.1 No início da execução do Contrato, a Contratada deverá apresentar juntamente com seus funcionários, os equipamentos e ferramentas de uso coletivo e individual, bem como os de segurança, relacionados neste termo de referência.

4.1.2 Para a correta e perfeita execução dos serviços em referência, a contratada deverá manter, obrigatoriamente, a equipe de acordo com a carga horária estipulada neste termo de referência.

5. DAS OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATADA

I – REGRAS GERAIS QUANTO AOS SERVIÇOS:

5.1. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

5.1.1 Executar a programação das rotinas de atividades de limpeza e conservação das edificações a partir da vigência do contrato.

5.2. Apresentar-se, através de seu representante legal, ao Fiscal do contrato previamente ao início dos trabalhos, para tomar conhecimento das normas estabelecidas para a retirada e entrega de equipamentos e demais condições exigidas.

5.3. Fazer minucioso exame das condições de instalações dos ambientes abrangidos pelo objeto deste contrato, em, no máximo em 120 (cento e vinte) dias após a assinatura do contrato e apresentar por escrito à Fiscalização todas eventuais divergências, dúvidas e irregularidades encontradas.

5.4. Submeter à aprovação da FISCALIZAÇÃO da CONTRATADA o Plano de Limpeza e Manutenção dos ambientes e postos de trabalho.

5.5. Definir previamente o planejamento e a logística dos serviços, os quais deverão ser levados ao conhecimento do gestor do contrato, antes de se iniciar os trabalhos.

5.6. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objeto dos serviços.

5.7. Oferecer serviços de inspeção e acompanhamento de todas as atividades e ocorrências em cada uma das edificações.

5.8. Fornecer um relatório técnico mensal com registro de todas as condições de trabalho, todos os serviços executados e as ocorrências significativas. Todas as informações constantes do relatório deverão ser levadas ao conhecimento da FISCALIZAÇÃO.

5.9. Agir segundo as diretrizes da Contratante e legislação pertinente, cumprindo, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

5.10. Fornecer toda a mão-de-obra, equipamentos e as ferramentas de uso coletivo e individual, bem como os de segurança, necessários à perfeita execução dos serviços e exigidos no certame licitatório, devendo aqueles permanecerem no local da prestação destes, após receberem prévia aprovação da Contratante, a qual poderá rejeitá-los, caso não sejam equipamentos novos e de primeira qualidade;

5.11. Controlar a execução dos serviços prestados por meio de formulários próprios, sempre sob a orientação da Fiscalização.

5.12. Apresentar à Contratante as rotinas, planejamentos, controles, cronogramas, fluxogramas de materiais e marchas dos serviços, sem ônus, em tempo hábil, no mínimo 15 dias antes do início da execução das tarefas, para que a Fiscalização possa analisar e dirimir as dúvidas ou discrepâncias que porventura surjam durante a execução dos serviços, ora contratados.

5.13. Comunicar prévia e oficialmente qualquer ação que para seu desenvolvimento necessite interromper a atividade de algum setor, para fins de autorização pela fiscalização. O prazo para a comunicação será fixado pela fiscalização.

5.14. Adequar à obtenção de padrão de qualidade os serviços a serem prestados na limpeza, triagem, copa, coleta e distribuição de informações e serviços gerais, inclusive os de manutenção e conservação das edificações.

5.15. Executar os serviços em horários prefixados e que, preferencialmente, não interfiram com o bom andamento da rotina de funcionamento do Contratante, sendo que os serviços efetuados no período matutino, deverão ser conservados no período da tarde, (suprimento aos sanitários, coleta de lixo e limpezas emergenciais).

5.16. Proceder ao atendimento extraordinário, em caso de necessidade, respeitada a legislação trabalhista. Na ocorrência de greve da categoria, a contratada obriga-se à prestação dos serviços, por meio de esquema de emergência.

5.17. Repor qualquer material ou bem, pertencente ao Contratante e/ou terceiros, que for danificado, roubado ou furtado nos locais de execução dos serviços, por negligência de seus prepostos, depois do devido processo legal.

5.18. Repor à contratante valores provenientes de utilização particular e/ou indevida dos equipamentos e serviços disponíveis nas unidades da Justiça Eleitoral, por parte dos funcionários da contratada, como por exemplo ligações telefônicas.

II – REGRAS TÉCNICAS QUANTO AOS SERVIÇOS:

5.19. Na limpeza dos ambientes, deverá ser escolhido o método, técnica, instrumentos e equipamentos que proporcionem menor agitação de pós e poeiras depositadas nas superfícies e em suspensão no ar atmosférico.

5.20. Antes do início da limpeza dos ambientes internos, o funcionário executor da limpeza, deverá solicitar, caso haja, algum servidor no local, para que este faça o desligamento do aparelho de ar condicionado. Esse procedimento objetiva atender as recomendações da ANVISA, para se evitar a

proliferação e cultura de bactérias nos ambientes dos aparelhos de ar condicionados.

5.21. Na limpeza em geral dos móveis, computadores, aparelhos de telefones, paredes e pisos, utilizar pano úmido, para evitar ambiente propício à proliferação de bactérias.

5.22. Os panos de limpeza deverão ser lavados e secos pela empresa procedendo-se a sua substituição sempre que necessário. O processo de secagem deverá ser feito, preferencialmente, ao sol e em local diverso das edificações mantidas.

5.23. Especial cuidado deverá ser dado à segurança, à preservação da saúde e higiene dos trabalhadores.

5.24. Todos os equipamentos, utensílios, EPI's e métodos executivos deverão seguir as recomendações, práticas usuais e as peculiaridades pertinentes, mesmo que não estejam explicitamente citadas.

5.25. A limpeza das cerâmicas e vidros das fachadas deverão ser feitos com andaimes tubulares e/ou balancins coletivos ou individuais.

III – REGRAS DE BOAS PRÁTICAS:

5.26. Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, respeitando normas ambientais existente e cabíveis, tais como:

- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
- b) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- d) Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição; e
- e) Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.

5.27. Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros).

5.28. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como sobre pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores.

5.29. Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

5.30. A contratante deverá encaminhar os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente, aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, tendo em vista que pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente constituem passivo ambiental, que resulta em sério risco ao meio ambiente e à saúde pública. Esta obrigação atende a Resolução CONAMA nº 258, de 26 de agosto de 1999.

IV - QUANTO AO PESSOAL:

5.31. Prestar os serviços através de mão-de-obra qualificada e treinada, refazendo, em tempo razoável, aqueles que não atendam a boa técnica, a critério e após notificação do Fiscal do contrato, devendo selecionar os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando os portadores de atestados de boa conduta e demais referências.

5.32. Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's;

5.33. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;

5.34. Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela contratante.

5.35. Manter durante o trabalho, representante capaz de tomar decisões compatíveis com os compromissos contratuais assumidos.

5.36 Informar à Administração o nome de seu funcionário que exercerá a atribuição de preposto dos serviços de limpeza na unidade de Espigão do Oeste, sem necessidade de permanência integral no local da execução dos serviços, responsáveis pela orientação aos executantes dos serviços e pela resolução dos eventuais incidente de execução do contrato. Estes encarregados terão a obrigação de reportarem-se, quando necessário, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços da Administração e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas.

5.37. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pelo Contratante, recomendando ao pessoal, quando em atividade, de abster-se de executar quaisquer atividades alheias ao desempenho da missão que lhe for confiada, devendo responsabilizar-se pelos danos pessoais e materiais causados por seus funcionários quando na execução dos serviços contratados, bem assim pelos danos decorrentes dos serviços prestados.

5.38. Registrar e controlar, juntamente com o Fiscal do contrato, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;

5.39. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados.

5.40. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios, riscos ambientais, riscos de eletricidade e acidentes de trabalho.

5.41. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste instrumento de Contrato, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE;

5.42. Disponibilizar pessoal para realização de horas-extras sempre e somente quando o Contratante formalmente o solicitar, devendo este fazê-lo com antecedência mínima de dois dias úteis;

5.43. Suprir imediatamente as faltas dos profissionais da equipe permanente, sob pena do desconto do valor proporcional na fatura mensal.

5.44. É vedado o ingresso ou a permanência de trabalhadores nas áreas das edificações, sem que estejam assegurados pelas medidas previstas nestas especificações e compatíveis com os trabalhos desenvolvidos.

VI - QUANTO AOS EQUIPAMENTOS:

5.45. Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica e às pessoas.

5.46. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, tais como: aspiradores de pó, enceradeiras, mangueiras, baldes, carrinhos para transporte de lixo, escadas, etc., de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Administração;

5.47. Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços.

5.48. Arcar com todos os ônus de aquisição, aluguel, empréstimos de equipamentos, acessórios, ferramentas necessários à adequada e correta execução dos serviços.

5.49. Manter, nas dependências do Contratante, todos os equipamentos, acessórios e ferramentas de uso mais freqüentes para reposição imediata.

5.50. Todos os instrumentos, equipamentos, ferramentas, insumos e acessórios utilizados na limpeza, conservação dos móveis e das edificações deverão ser adequados e ergonômicos e em perfeito estado de conservação.

5.51. As quantidades, qualidades, tipos etc. deverão ser suficientes à execução das tarefas, de modo a que elas se desenvolvam em ritmo e cadência harmoniosa, e em tempo preestabelecido às necessidades.

5.52. Os instrumentos e equipamentos serão inspecionados e vistoriados pelo fiscal e pelo gestor de contrato, devendo ser atendidas as suas solicitações, quanto à substituição, adequação, quantidades e até a inclusão de novos equipamentos ou instrumentos.

5.53. Os equipamentos e acessórios de limpeza deverão ser conservados adequadamente e acondicionados em armários. A Contratada deverá responsabilizar-se pela guarda e vigilância dos materiais, inclusive ferramental/equipamentos e instrumentos de sua propriedade utilizados no desempenho dos serviços contratados, ficando os mesmos disponíveis a qualquer hora. A Contratante conservará permanentemente desobstruídas as casas de máquinas. A Contratante designará, nas dependências da edificação, local apropriado para guarda de ferramentas e material da equipe de manutenção.

5.54. Não será permitido manter-se ou aplicar-se nos recintos das unidades de conservação e limpeza qualquer material em desacordo com o especificado, ou recusado pela Fiscalização.

VII – REGRAS DE OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO DO TRABALHO E DO MEIO AMBIENTE:

5.55. A observância do estabelecido neste caderno de especificações não desobriga os empregadores do cumprimento das disposições relativas às condições de trabalho e meio ambiente, determinadas na Legislação Federal, Estadual e/ou Municipal, e em outras estabelecidas em negociações coletivas de trabalho.

ANEXO III - Contrato TRE-RO n. 8/2015

GUIA DE FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

1. Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

1.1 Elaborar planilha-resumo de todo o contrato administrativo. Ela conterá todos os empregados terceirizados que prestam serviços no órgão, divididos por contrato, com as seguintes informações: nome completo, número de CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos e sua quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências, horas extras trabalhadas.

1.2 Conferir todas as anotações nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados, por amostragem, e verificar se elas coincidem com o informado pela empresa e pelo empregado. Atenção especial para a data de início do contrato de trabalho, a função exercida, a remuneração (importante esteja corretamente discriminada em salário-base, adicionais e gratificações) e todas as eventuais alterações dos contratos de trabalho.

1.3 O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo.

1.4 O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT).

1.5 Consultar eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para as empresas terceirizadas (por exemplo, se os empregados têm direito a auxílio-alimentação gratuito).

1.6 Verificar a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho, cuja presença levará ao pagamento dos respectivos adicionais aos empregados. Tais condições obrigam a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

2. Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura)

2.1 Elaborar planilha-mensal que conterá os seguintes campos: nome completo do empregado, função exercida, dias efetivamente trabalhados, horas extras trabalhadas, férias, licenças, faltas, ocorrências.

2.2 Verificar na planilha-mensal o número de dias e horas trabalhados efetivamente. Exigir que a empresa apresente cópias das folhas de ponto dos empregados por ponto eletrônico ou meio que não seja padronizado (Súmula 338/TST). Em caso de faltas ou horas trabalhadas a menor, deve ser feita glosa da fatura.

2.3 Exigir da empresa comprovantes de pagamento dos salários, vales-transporte e auxílio alimentação dos empregados.

2.4 Realizar a retenção da contribuição previdenciária (11% do valor da fatura) e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço.

2.4.1 Realizar a retenção e o depósito do FGTS dos trabalhadores da contrata, caso exista autorização da empresa contratada, conforme definido no instrumento convocatório.

2.5 Exigir da empresa os recolhimentos do FGTS por meio dos seguintes documentos:

- a) cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP);
- b) cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando recolhimento for efetuado pela Internet;
- c) cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP (RE);
- d) cópia da Relação de Tomadores/Obras (RET).

2.6 Exigir da empresa os recolhimentos das contribuições ao INSS por meio de:

- a) cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP);
- b) cópia do Comprovante de Declaração à Previdência;
- c) cópia da Guia da Previdência Social (GPS) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando recolhimento for efetuado pela Internet;
- d) cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP (RE);
- e) cópia da Relação de Tomadores/Obras (RET).

2.7 Consultar a situação da empresa junto ao SICAF.

2.8 Exigir a Certidão Negativa de Débito junto ao INSS (CND), a Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), sempre que expire o prazo de validade.

3. Fiscalização diária

3.1 Conferir, todos os dias, quais empregados terceirizados estão prestando serviços e em quais funções. Fazer o acompanhamento com a planilha-mensal.

3.2 Verificar se os empregados estão cumprindo à risca a jornada de trabalho. Deve ser instaurada uma rotina para autorizar pedidos de realização de horas extras por terceirizados. Deve-se combinar com a empresa a forma da compensação de jornada.

3.3 Evitar ordens diretas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados.

3.4 Evitar toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço como a negociação de folgas ou a compensação de jornada. Essa conduta é exclusiva do empregador.

4. Fiscalização especial

4.1 Observar qual é a data-base da categoria prevista na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). Os reajustes dos empregados devem ser obrigatoriamente concedidos pela empresa no dia e percentual previstos (verificar a necessidade de proceder ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato em caso de reajuste salarial).

4.2 Controle de férias e licenças dos empregados na planilha-resumo.

4.3 Observar se a empresa está respeitando as estabilidades provisórias de seus empregados (cipeiro, gestante, estabilidade acidentária).

ANEXO IV - Contrato TRE-RO n. 8/2015

Planilha de Composição de Custo

PLANILHA ATUAL (2015) DA AGASUS TERCEIRIZAÇÕES LTDA - CONTRATO 024/2013
REMANESCENTE DO CONTRATO - EMPRESA E R P DE OLIVEIRA E CIA LTDA - ME
PLANILHA CALCULADA DE ACORDO COM AS REAIS ALÍQUOTAS DE IMPOSTOS RECOLHIDOS PELA AGASUS (COMO OPTANTE SIMPLES NACIONAL)

Anexo III-A – Mão-de-obra**Mão de obra vinculada à execução contratual****Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra**

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Limpeza
2	Salário Normativo da Categoria Profissional	878,46
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	SERVENTE DE LIMPEZA
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2015

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	%		Valor (R\$)
A	Salário Base			R\$ 878,46
B	Outros (Especificar)			
	Total da Remuneração			R\$ 878,46

MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

2	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Vale Transporte	R\$ 82,49
B	Auxílio Alimentação (vales, cestas básicas, etc)	R\$ 256,50
C	Assit. Média e familiar	R\$ 0,00

D	Auxílio Creche	R\$ 2,72
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$ 6,89
E	Outros (especificar)	R\$ 6,39
Total de Benefícios mensais e diários		R\$ 354,99

MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS

3	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 21,91
B	Materiais	R\$ 0,00
C	Equipamentos	R\$ 30,88
D	EPI'S	R\$ 4,64
Total de Insumos diversos		R\$ 57,43

MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS**Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS:**

4.1	Encargos previdenciários e FGTS	%	Valor (R\$)
A	INSS	20%	R\$ 175,69
B	SESI ou SESC	1,50%	R\$ 13,18
C	SENAI ou SENAC	1%	R\$ 8,78
D	INCRA	0,20%	R\$ 1,76

E	Salário Educação	2,50%	R\$ 21,96
F	FGTS	8%	R\$ 70,28
G	Seguro Acidente de Trabalho (RAT/SAT)	3%	R\$ 26,35
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 5,27
Total		36,80%	R\$ 323,27

Submódulo 4.2 – 13º Salário e Adicional de Férias

4.2	13º Salário e Adicional de Férias		Valor (R\$)
A	13 º Salário	8,33%	R\$ 73,18
B	Adicional de Férias	2,78%	R\$ 24,42
	Subtotal	11,11%	R\$ 97,60
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias		R\$ 35,92
Total			R\$ 133,51

Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade

4.3	Afastamento Maternidade:		Valor (R\$)
A	Afastamento maternidade	0,12%	R\$ 1,05
B	Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade		R\$ 0,39
Total			R\$ 1,44

Submódulo 4.4 - Provisão para Rescisão

4.4	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,75%	R\$ 6,59
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado		R\$ 0,53
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre aviso prévio indenizado		R\$ 0,26
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,10%	R\$ 9,66
E	Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado		R\$ 3,56
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	0,55%	R\$ 4,83
Total			R\$ 25,43

Submódulo 4.5 – Custo de Reposição do Profissional Ausente

4.5	Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente		Valor (R\$)
A	Férias	8,33%	R\$ 73,18
B	Ausência por doença	1,38%	R\$ 12,12
C	Licença paternidade	0,12%	R\$ 1,05
D	Ausências legais	0,51%	R\$ 4,48
E	Ausência por Acidente de trabalho	0,31%	R\$ 2,72

	Subtotal	R\$ 93,56
G	Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição	R\$ 34,43
	Total	R\$ 127,98

Quadro - resumo – Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas

4	Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas	Valor (R\$)
4.1	Encargos previdenciários e FGTS	R\$ 323,27
4.2	13º Salário e Adicional de Férias	R\$ 133,51
4.3	Afastamento maternidade	R\$ 1,44
4.4	Custo de rescisão	R\$ 25,43
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	R\$ 127,98
4.6	Outros (especificar)	R\$ 0,00
	Total	R\$ 611,64

MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	1,00%	R\$ 19,03
B	Tributos		
	B1 Tributo Federal (PIS)	0,65%	R\$ 13,73
	B2 Tributo Federal (COFINS)	1,91%	R\$ 40,35

	B3 Tribto Municipal ISS	2,79%	R\$ 58,93
	B4 Outros (especificar)		
C	Lucro	0,42%	R\$ 8,07
Total			R\$ 140,11

Anexo III – B - Quadro-resumo do Custo por Empregado

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	R\$ 878,46
B	Módulo 2 – Benefícios Mensais e Diários	R\$ 354,99
C	Módulo 3 – Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)	R\$ 57,43
D	Módulo 4 – Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$ 611,64
Subtotal (A + B + C + D)		R\$ 1.902,52
E	Módulo 5 – Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ 140,11
Valor total por empregado		R\$ 2.042,64



Documento assinado eletronicamente por **ELLEN RUBIA PEREIRA DE OLIVEIRA**,
Usuário Externo, em 31/08/2015, às 08:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/sei/vicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0034624** e o código CRC **48B959E3**.

